

1 ATA REUNIÃO ORDINÁRIA COMDEMA 24/04/2018

2 Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezoito, teve início às  
3 dezoito horas e quinze minutos, na Câmara Municipal de Vereadores do  
4 Município de Ponta Grossa, em segunda chamada com qualquer quórum, a  
5 reunião ordinária com a presença da presidente do COMDEMA Caroline  
6 Schoenberger, e os conselheiros Edilson Gorte (ACIPG); Vicente Nadal Neto  
7 (Assoc. Eng. e Arquitetos), Juliano Jaronski (Câmara), Willis A. Amatneeks Jr  
8 (EMATER), John Lenon de Goes (IPLAN), Giovana Paola primor Ribas (OAB),  
9 Marcus Nadal Borsato (Instituto Ambiente Vivo), Ricardo Johansen  
10 (NATUS), Fabiano Icker Oroski (SANEPAR), Brasil M. Valles Martins (Sind.  
11 Empregados no Comércio de Ponta Grossa), Eldo Lauro Berger (SMAPA) e  
12 Lia Maris Orth Antiqueira (UTFPR). Convidados: Luiz Gustavo B. Freitas e  
13 Thiago Furquim de Almeida da CCR RodoNorte. A presidente do COMDEMA  
14 Caroline Schoemberg, iniciou a reunião colocando em pauta a aprovação da  
15 ata de 27/03/2018. Foi aprovada por unanimidade. Em seguida comunicou  
16 o recebimento do ofício da SMMA informando ao conselho que foi realizada  
17 a transferência financeira das contas do FUNDAM, para a conta do  
18 Município, referente a desvinculação de 30% dos valores arrecadados no  
19 exercício de 2017 nas contas 138-8 (Licenciamento) e 139-6 (Atos e Serviços  
20 Ambientais), conforme Decreto nº 13.979/2018. A transferência da conta  
21 138-8 foi de R\$ 73.127,84 e da conta 139-6 foi de R\$ 30.831,70. Informou  
22 também o recebimento de ofício do Instituto Chico Mendes fazendo um  
23 chamamento público para a formação do conselho consultivo para o  
24 Parque Nacional dos Campos Gerais. Esclareceu que as instituições que  
25 fazem parte do COMDEMA que tenham interesse em participar, deverão se  
26 inscrever no site que foi enviado por e-mail. O período da inscrição é de  
27 05/04/2018 à 05/05/2018. Comunicou ao conselho que enviou ao contador  
28 do município, um ofício solicitando a prestação de contas do fundo desde a  
29 criação até o final do ano de 2016, apresentando os descritivos de entrada  
30 e saída de todas as contas pertencentes ao FUNDAM, extratos e  
31 comprovantes de pagamentos. Solicitou também que fosse informado  
32 porque não aparece na página de controle social do TCE, já que possui CNPJ  
33 próprio. Informou que já recebeu a resposta do município e a mesma será  
34 digitalizada e repassada aos conselheiros. Seguindo a pauta, chamou os  
35 representantes da CCR RodoNorte para esclarecer sobre as obras que  
36 foram realizadas no Arroio da Ronda. Com a palavra o Sr. Luiz Gustavo da  
37 área de meio ambiente, onde informou que respondeu o ofício 22/17 em

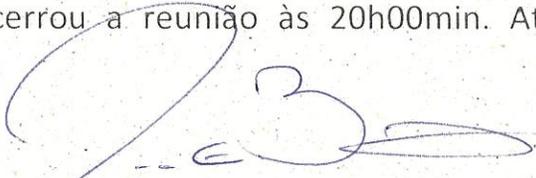


38 fevereiro deste ano e veio participar da reunião para fazer um relato das  
39 ações... no final do ano de 2017 teve alagamentos com fechamento da  
40 pista, resultando em uma situação de emergência. Antes de começar as  
41 intervenções, as obras emergências foram comunicadas imediatamente ao  
42 IAP e ao Instituto das Águas e posteriormente foi protocolado ofício para  
43 regularização de outorga de desassoreamento e autorização ambiental no  
44 IAP de Ponta Grossa. Após este protocolo informando a necessidade de  
45 uma intervenção emergencial, foi orientado fazer a regularização através  
46 de apresentação de uma planta da área de intervenção. Esta intervenção  
47 foi de 1 km de desassoreamento: 200 metros a montante e 800 metros a  
48 jusante. Com a palavra o Sr. Thiago responsável pela conservação da  
49 rodovia, explicou que a obra durou aproximadamente 2 meses e foi retirado  
50 uma grande quantidade de material encontrados no rio como pneus,  
51 carcaça de geladeiras, fogões e outros. O conselheiro Ricardo da Natus  
52 perguntou a quantidade e o destino final deste material retirado. O  
53 representante da CCR RodoNorte informou que a quantidade de pneus foi  
54 de 12 toneladas e o destino final foi em frente a TransPrimo, no sentido  
55 norte. Não foi retirado do rio o material contaminado com óleo. O material  
56 foi separado em três grupos: solo, pneus e quinquilharias que foram para  
57 reciclagem. Foi realizado o recobrimento vegetal de toda a área, onde foi  
58 plantada a hidro-semeadura no talude, na inclinação e na parte de cima do  
59 rio. Com a palavra o conselheiro Gorte (ACIPG) perguntou se existem ações  
60 da prefeitura para prevenção. O representante da CCR disse que é  
61 imprescindível que seja desenvolvido uma ação principalmente com a  
62 população ribeirinha a montante do rio, porém não existe nenhuma ação  
63 formalizada pela prefeitura. O conselheiro Ricardo (NATUS) observou que  
64 o problema deste arroio é consequência das obras que foram feitas no  
65 entorno da cabeceira dos arroios de cima e também o lançamento  
66 inadequado das águas de chuva e esgoto sanitário sem tratamento, ou seja,  
67 o problema é saneamento básico. O Sr. Thiago (CCR) alertou que é preciso  
68 mudar a consciência coletiva através da educação básica. Na réplica, o  
69 conselheiro Gorte lembrou que a concessionária é responsável somente  
70 pela área de domínio. A presidente Caroline observou que a Rodonorte fez  
71 a sua parte depois que recebeu a notificação. Agora o conselho precisa ver  
72 o que a prefeitura vai fazer em relação a isto. Porque quando fecha a  
73 rodovia, são vidas humanas que estão em risco. O conselheiro Ricardo  
74 (NATUS) perguntou se o relatório enviado ao conselho também foi enviado  
75 à prefeitura. O Sr. Thiago esclareceu que este relatório faz parte do

76 processo de regularização da parte ambiental (emergencial) do IAP e do  
77 Instituto das Águas, embasando os dois processos de licenciamento. O  
78 conselheiro Ricardo (NATUS) sugeriu usar o relatório da Rodonorte e  
79 encaminhar um estudo à prefeitura com uma proposta do conselho,  
80 citando as ações que devem ser previstas e antecipadas para evitar um  
81 novo alagamento em consequência das alterações da bacia. O conselheiro  
82 Vicente Nadal (Associação dos Engenheiros) disse que as ações pontuais são  
83 urgentes, e o conselho deve concentrar todos os esforços através de uma  
84 câmara técnica para contribuir com projetos ou sugestões, porém águas  
85 pluviais é responsabilidade do município que precisa ter a iniciativa de  
86 chamar os agentes para participar. O representante da CCR Rodonorte  
87 citou o exemplo de alguns municípios de São Paulo que fazem o  
88 mapeamento e disponibilizam as áreas que são importantes e precisam ser  
89 preservadas e em conjunto com órgãos ambientais fazem as demandas de  
90 compensação das empresas que tem dificuldades de áreas para plantar,  
91 direcionando para as áreas mapeadas. Também citou o programa  
92 nascentes (programa municipal) que nasceu a partir da crise hídrica onde  
93 participam ONG's e empresas. A presidente do conselho agradeceu a  
94 presença dos representantes da CCR Rodonorte. Dando continuidade na  
95 pauta, o conselheiro Ricardo da NATUS apresentou denúncia sobre a  
96 interferência que está sendo feita no imóvel em frente a rotatória da Rua  
97 Londrina e do centro de distribuição do mercado móveis. Mostrou a carta  
98 imagem de 2009 e 2017. Observou que os banhados continuam os mesmos.  
99 Questionou para onde está direcionado o último PV da SANEPAR. O  
100 conselheiro Fabiano da SANEPAR explicou que existe um pedido na  
101 SANEPAR para ser feito a realocação desta rede que passa no meio do  
102 terreno e sai no triangulo na beira da rodovia. O conselheiro Ricardo disse  
103 que neste triangulo existe uma caixa energizada que tem um motor que  
104 joga o esgoto sanitário e a água do arroio que corre ali para a galeria de  
105 águas pluviais. O conselheiro Fabiano da SANEPAR esclareceu que ali são  
106 duas redes: a rede de água pluvial é esgoto clandestino que está descendo  
107 pelo arroio. A SANEPAR tem a rede coletora de esgoto. A elevatória não  
108 pertence a SANEPAR. Alguém instalou a elevatória para fazer o desvio do  
109 arroio. O conselheiro Ricardo mencionou que existe uma segunda caixa  
110 elevatória. As casas existentes são de invasão de APP. Sugeriu chamar a  
111 COPEL para esclarecer sobre os dois pontos de luz, chamar a SANEPAR para  
112 explicar e trazer as plantas da rede existente e justificar e solicitar à PMPG  
113 inteiro teor do processo de licenciamento desta obra. O conselheiro Gorte

114 lembrou que foi esclarecido pelo promotor em uma reunião que aconteceu  
115 no ECOMUSEU, que a obra de canalização tinha o aval do IAP e do Instituto  
116 das Águas. O conselheiro Ricardo reafirmou o pedido para que o conselho  
117 solicite cópia de inteiro teor das licenças para a prefeitura, o IAP e o  
118 Instituto das Águas. Esclareceu que neste caso há necessidade de duas  
119 outorgas: a outorga prévia e a outorga definitiva, por que será alterado o  
120 curso do rio, para prever os impactos que não foram capitulados. Se estes  
121 impactos estivessem sido capitulados no processo, tinha que ter alguma  
122 medida compensatória ou de contenção na casa que está na área de APP e  
123 que está sendo invadida pelas águas de chuva. Segundo os moradores, este  
124 processo começou em 2013 e teve autorização do prefeito para fazer a  
125 obra. Entende que o conselho deve solicitar esclarecimentos sobre o  
126 procedimento que foi adotado para então sugerir à prefeitura, dependendo  
127 da documentação que for apresentada, solicitar medidas recuperadoras  
128 ambientais pelo empreendedor, medidas mitigadoras do impacto  
129 ambiental e as medidas compensatórias de impacto ambiental e social.  
130 Neste processo será possível ajustar e regularizar as casas que estão na  
131 cabeceira do arroio através de uma medida compensatória sócio ambiental.  
132 Também para aquelas casas que estão sofrendo impacto na foz, pelo desvio  
133 da água. O conselheiro Gorte informou que a área entre o arroio e a  
134 Visconde de Taunay é uma área de APP e o terreno era da PMPG. Quando  
135 esta área entrou em hasta pública foi pedido para o Vereador Larocca que  
136 fizesse constar na matrícula como área de APP. O terreno está parado  
137 porque houve movimentação de terra sem autorização do IPHAN e como  
138 compensação estão pagando o estudo arqueológico de uma área próxima  
139 a Reserva/PR. A presidente do conselho informou que serão enviados  
140 ofícios para a SANEPAR, COPEL, PMPG e IAP solicitando esclarecimentos e  
141 informações. Na palavra livre, a conselheira Giovana da OAB propôs como  
142 pauta para a próxima reunião uma minuta de resolução das câmaras  
143 técnicas. A presidente Caroline encerrou a reunião às 20h00min. Ata  
144 transcrita por Vera Lucia Rudek.

145   
146 CAROLINE SCHOENBERGER  
147 Presidente COMDEMA

  
PAULO EDUARDO OLIVEIRA DE BARROS  
Secretário Executivo/PMPG/SMMA